

# **A indústria de livros no Brasil durante a ditadura militar e um caso crítico**

*Cleber Bicigo\**

## **Resumo**

A Editora Abril foi a mais atuante indústria de livros durante o período da ditadura militar. Uma rápida análise sobre a sua atuação permite perceber as relações entre a indústria cultural, as políticas educacionais e econômicas propostas pelos militares. Esse artigo pretende apresentar alguns elementos que caracterizaram a produção de livros durante a ditadura para pensar a consolidação da indústria de livros no Brasil e as suas contradições. Tomando como ponto de partida a coleção *Literatura Comentada*, publicada em 1980, pela Editora Abril, buscamos perceber os mecanismos de mediação editorial acionados pela editora através da organização interna da coleção. Daremos atenção, também, a produção de sujeitos e sentidos pelo discurso editorial, para compreender quais dispositivos funcionam na produção do sujeito crítico literário. Nesse sentido, abordaremos o surgimento da *Literatura Comentada* nos anos de 1980, para falar sobre a constituição do sujeito crítico, nesse espaço.

**Palavras-chaves:** Indústria de livros. Crítica Literária. Discurso.

## Introdução

O fortalecimento das editoras de livros e periódicos durante o regime militar é um dos maiores paradoxos da história da indústria cultural brasileira. Período conhecido pelas imposições ideológicas, a ditadura proibiu filmes, letras de música, espetáculos teatrais e livros. O que parecia ser um retrocesso para toda a indústria cultural tornou-se, para o mercado livreiro, um momento de consolidação. Eis o paradoxo: “nunca se proibiu e nunca se produziu tanta cultura como nos anos do regime militar” (PAIXÃO, 1998, p. 143). Na contramão da “imprensa nanica”, nome dado a imprensa alternativa que atuou no período da ditadura militar, cujas publicações eram pequenas e às vezes não passavam do primeiro volume, a indústria livreira, por ironia da história ou não, decolou nas vendas.

O “boom editorial” rendeu à indústria de livros a triplicação dos seus ganhos anuais. Figurando entre as editoras que mais lucraram durante esse período está a Editora Abril via Abril Cultural e Abril Educação. Boa parte desse sucesso deve-se ao baixo custo de seus fascículos e coleções, aliado a uma grande rede de distribuição. Por outro lado, também, contribuíram para o aumento das vendas as novas proposições políticas para a educação e a isenção de impostos, por parte de medidas econômicas. O esforço para a escolarização de uma grande massa de analfabetos carecia de material didático, que fez crescer o mercado de livros didáticos e paradidáticos em todo o País.

Autores e obras antes limitados as estantes das bibliotecas estavam disponíveis “na banca mais perto de sua casa”. A Editora Abril, por meio da Abril Cultural, fez circular milhões de exemplares de coleções, como, por exemplo, *Os imortais da literatura universal* e a coleção *Literatura Comentada* (1980). Além de tratarem de autores e obras literárias, ambas eram voltadas para professores e alunos. Pretendemos compreender como o sujeito crítico literário é constituído pela materialidade desse espaço e que gestos de leitura ele produz, por meio da observação das relações com o formato fixo da coleção. Segue neste artigo uma pequena análise dos fatos mais marcantes da política cultural e econômica adotada pelos militares e sua influência na consolidação da Editora Abril no mercado brasileiro.

## Vende-se cultura

A Editora Abril, de 1968 a 1982, fez o que parecia impossível: vender cultura em plena ditadura militar. Os números revelam a envergadura desse empreendimento. Segundo Pereira (2005), a editora nesse período contabilizou um bilhão de fascículos, 11 milhões de enciclopédias e trinta milhões de romances. Ela foi uma das maiores produtoras de livros no Brasil e, tudo isso, em plena ditadura militar. Entre 1964 e 1985 o País viveu a censura e a cessação da liberdade de expressão. A repressão cultural, no entanto, não teve efeito sobre a Editora Abril. Qual o segredo do sucesso? O êxito de vendas da editora durante a ditadura militar é fruto de vários fatores: o preço – eram produzidas grandes tiragens para baratear o valor final cobrado na banca (estratégia pouco usada na época); a publicidade: divulgação diversificada e em massa, incluindo inserções em horário nobre da TV; o acesso: presente em todas as bancas de revista (uma grande sacada, visto que eram oitocentas livrarias no País para 12 mil bancas); o imposto: isenções de tributos sobre o livro; a escolarização: a expansão da educação para toda a classe média fez aumentar a procura por livros voltados para a educação.

De todos os fatores talvez o que tenha desempenhado mais influência na intensa atividade editorial da Abril foi a expansão do ensino público. A dimensão desse aumento é perceptível nas pesquisas sobre o analfabetismo no País; em 1950, eram 48% os analfabetos maiores de 15 anos; em 1970 caiu para 33,01% o número de matriculados no ensino superior; em 1960, eram 93.202; em 1970, foram 1.035.000 (ALMANAQUE ABRIL, 2002). A reforma universitária, por sua vez, foi um “tiro no pé” dos militares, as universidades se transformaram em uma espécie de reduto de intelectuais. Uma vasta bibliografia foi criada por grupos teóricos e ideológicos que “se utilizaram desses programas, ou foram por eles constituídos” (GHIRALDELLI, 2009, p. 127). O nascimento dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado cujas dissertações foram parar nas estantes das livrarias serviram para engrossar o “banquete” das editoras.

Essa nova população de leitores consumiu, em 1973, 166 milhões

de exemplares, em 1979, 249 milhões, um crescimento de 50% em seis anos (PAIXÃO, 1998). A expansão da rede pública de educação e as grandes tiragens das editoras têm como mecanismo propulsor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1961) e posteriormente, em 1968, a reforma universitária (Lei 5.540). É no início da década de 1970 que a necessidade por livros escolares transforma os livros didáticos e paradidáticos na “galinha dos ovos de ouro” das editoras brasileiras.

## **A produção da leitura**

A leitura literária possui significações que derivam conforme o sujeito leitor e o contexto de produção. Por essas peculiaridades, quando a leitura literária fica subordinada aos desejos de assimilação de comportamentos ou restrita a uma concepção fechada de linguagem, ocorre um empobrecimento da potencialidade que ela tem de gerar significados. Nesse sentido, os livros didáticos e paradidáticos são os mais conhecidos e criticados, ambos tendem a eliminar todas as ambiguidades do texto para que todos tenham uma mesma leitura.

Em *A Formação da Leitura no Brasil* surge a sentença “[...] o livro didático é o primo-pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 120). O “prazo de validade” dos livros didáticos e paradidáticos atesta a principal característica da sociedade de consumo, tudo é descartável e precisa ser substituído para dar lugar a um novo produto. A escola sob o abrigo do Estado lubrifica as engrenagens das máquinas das editoras, tornando o livro didático e paradidático o “primo-rico das editoras”. A abertura dada pelas escolas ou Secretarias de Educação em favor de determinado livro é o “abre-te sésamo” das editoras, que em números financeiros só perde para os livros de literatura infantil.

A partir da década de 1970 falava-se muito em “criar o hábito da leitura” entre os jovens brasileiros; a alternativa encontrada foi a expansão dos livros paradidáticos. Lei da procura e da oferta? Não é bem assim. Na verdade, já no primeiro artigo da Lei 5.692,

de 11 de agosto de 1971, indica que o objetivo da educação, entre outras coisas, é a preparação para mercado de trabalho. O projeto desenvolvimentista, presente no governo ditatorial, buscava “a assimilação de comportamentos necessários ao sistema produtivo” (MAGNANI, 2001, p. 47). Isso quer dizer que a criação do hábito da leitura estava subordinada ao consumo de determinado material. Em outras palavras, o leitor assumia uma posição passiva na absorção de um modelo pronto e exemplar. Essas características estavam presentes na coleção *Literatura Comentada* (1980) via Abril Educação. Cada volume trazia textos de um único autor, escritos em língua portuguesa e acompanhados por notas explicativas e comentários. Calçado em análises e argumentações sobre o autor e o contexto histórico de produção da obra, a coleção *Literatura Comentada* (1980) buscava mecanismos de entrada na literatura brasileira para leitores de primeira viagem. Antecipava ao leitor quem, como, o quê, para quê, por quê, quando e onde a leitura deveria seguir. Descrevendo o itinerário básico dos paradidáticos que se organizam dentro de duas características principais: o aspecto utilitário – aborda um conhecimento, uma informação ou lição que deve ser transmitida; e o aspecto estético – a leitura literária, a fruição, o contato com a linguagem poética.

Na transição entre a política ditatorial do regime militar e a redemocratização da política do país, na década de 1980, o mercado de livros começa a absorver produções bibliográficas que marcaram a abertura do diálogo entre o sistema escolar e a pesquisa universitária (GHIRALDELLI, 2009). Autores e obras antes limitados às estantes das bibliotecas agora estavam disponíveis “na banca mais perto de sua casa”. A crítica literária, cujas práticas de leitura estavam diretamente ligadas à pesquisas acadêmicas, começava a ganhar mais espaço nas prateleiras das livrarias. Essas novas publicações serviram, em grande parte, para suprir uma demanda crescente de leitores escolarizados. O diálogo entre universidade e escola se deu principalmente através dos livros didáticos e paradidáticos (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Nesse contexto, a Editora Abril lança, em 1980, a coleção *Literatura*

*Comentada*, com a proposta de levar a literatura para dentro das casas das famílias brasileiras. A princípio indicada para professores e alunos, a coleção atendia, também, os leitores ocasionais. Vendida nas bancas de jornal, quinzenalmente, cada volume era acompanhado por notas explicativas, comentários e exercícios de compreensão de texto. Calcado em análises sobre o autor e o contexto histórico de produção, a coleção *Literatura Comentada* buscava mecanismos de entrada na literatura brasileira para leitores escolarizados.

Esta é uma coleção de livros de periodicidade quinzenal, que se destina não só a estudantes – especialmente os do segundo grau e dos cursos pré-universitários – e professores, mas também a todas as pessoas interessadas em literatura. (ANDRADE, 1980).

No caso da *Literatura Comentada*, uma figura ganharia destaque como guia para as primeiras leituras: o crítico literário. A tarefa do crítico, de acordo com Antonio Candido, é “orientar os seus contemporâneos”, ele é por excelência “um instrumento de conhecimento e um guia de caminhos difíceis” (CANDIDO, 2002, p. 28). Ele desmonta o texto literário para apontar como ele funciona, para ensinar como se lê. O trabalho do crítico em coleções didáticas produz modelos de leitura que tentam aproximar leitores e obras. Segundo Orlandi (1996), o discurso da crítica forma os modelos de leitura que o professor de Língua Portuguesa traz para a sala de aula. A escola busca na orientação da crítica um caminho para a leitura dos seus alunos. E quais são esses modelos? No caso em análise, parece girar principalmente em torno do comentário.

## Um discurso sobre

As edições didáticas propõem modelos de leitura que, via de regra, colocam o *comentário* como um dispositivo de controle para uma leitura “adequada”. O comentário é um discurso sempre à margem de outro, entre fruição e pausa, um intervalo na leitura (ZOPPI-FONTANA, 2003). A escrita de comentários faz parte de uma

tradição filológica, jurídica e escolar. De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht (2007), o comentário está inscrito na tradição canônica ocidental como prática de interpretação de textos. Mas Gumbrecht constata que o significado da palavra comentário é muito vago, a ideia de comentário carrega desde a antiguidade clássica uma rede quase infinita de sentidos.

O comentário não parece fazer sentido no modelo de escrita da antiguidade clássica. Manuscritos em papel-pergaminho estão demasiado longe do uso de comentários que utilizamos em textos impressos. Foucault, no livro *As palavras e as coisas* (2002), dedica a primeira parte do capítulo IV ao estudo “Crítica e Comentário”. O autor afirma que foi durante o Renascimento que a linguagem saiu do seu estado “bruto” cujas palavras se misturavam umas sobre as outras e “[...] todas essas marcas insistentes demandavam uma linguagem segunda – a do comentário, da exegese, da erudição.” (FOUCAULT, 2002, p. 108). No referido período, o saber que antes estava subordinado à igreja passa a circular de forma mais livre. Nesse cenário cultural, a educação ganhou destaque como meio de proliferação dos conhecimentos humanísticos, acompanhando esse movimento, surge a preocupação com uma didática.

Antonio Candido, citando Benno Von Wiese, afirma “o comentário é o vestíbulo da interpretação” (CANDIDO, 2002, p. 15). A palavra vestíbulo, da qual deriva a palavra *vestibular*, faz parte dos principais preceitos do padre tcheco Comenius (1592-1670). Uma figura-chave para a fundação das primeiras escolas nos quatro cantos da Europa. Escreveu vários guias didáticos e manuais pedagógicos que obedeciam a ordem de quatro pilares: o vestíbulo, a porta, o palácio e o tesouro. Cada um correspondia a um passo para chegar ao tesouro (a leitura das obras dos grandes autores clássicos). O vestíbulo é o primeiro passo, a guia de entrada, as orações levavam em anexo a declinação adequada e indicações de vocabulário. O palácio levava “notas marginais” que indicavam esse ou aquele autor.

Comentário e didática caminharam de mãos dadas como práticas de leitura escolarizada. O uso do comentário pela crítica parte do princípio de alargamento dos sentidos, para explicar um determinado

contexto de produção daquele discurso, ou também, para esclarecer a terminologia de uma palavra ou termo ambíguo (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 66). O objetivo é controlar o discurso do autor, mas, também, regular os sentidos produzidos pelo leitor.

Todo o quadro anteriormente exposto ajuda a entender como uma coleção com o nome *Literatura Comentada* surge em uma época de expansão do mercado editorial, via políticas educacionais. Para reproduzir sentidos visando apenas ao acúmulo de informação. Essa prática de leitura escolar, segundo Zoppi-Fontana, é uma forma de censura:

Atingimos assim a produtividade do silêncio como instância estruturante da significação e as notas de rodapé adquirem, desta maneira, o estatuto de mirante privilegiado do funcionamento do silêncio como uma espécie de memória do não-dizer, instável, fluída, inapreensível, mas eficaz. (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 68).

A reprodução da força de trabalho, como apontado anteriormente, durante o período da ditadura, põe em circulação produções didáticas que vão de encontro a este objetivo. A escola é o aparelho ideológico, segundo Bourdieu e Passeron (2012), que mais contribui para a reprodução da ordem estabelecida. A escola reflete as relações contraditórias de poder presentes na sociedade. As determinações econômicas de industrialização do país (o milagre econômico) encontram na instituição escola as condições de reprodução da mão de obra necessária. Segundo Louis Althusser, em uma formação social “a condição última da produção é portanto a reprodução das condições da produção” (ALTHUSSER, 1970, p. 9).

### **Um caso crítico**

A estabilização lógica do discurso tenta produzir enunciados lineares, sem ambiguidades e politicamente inócuos. Tenta, mas não consegue. Pois todo o enunciado é “susceptível de tornar-se outro” (PÊCHEUX, 2009). As “coisas-a-saber” partem da transparência



do sentido (o que pode e deve ser entendido) e tentam apagar a ambiguidade, “desqualificando” qualquer interpretação que fuja ao esperado. Nesse sentido, o especialista (detentor de saber) avança sobre o intelectual (COURTINE apud HAROCHE, 1992, p. 8), apagando, também, o seu valor crítico. O sujeito crítico é um sujeito em crise, por que está proibido de interpretar.

No contexto da *Literatura Comentada*, analisaremos uma sequência discursiva presente na apresentação da coleção, para verificarmos na materialidade da língua propriedades estruturais homogeneizantes que se inscrevem, discursivamente, nesse espaço.

A redação dos textos desta coleção foi confiada a uma equipe de especialistas em Literatura que, coerentes com a finalidade da obra, procuram manter um nível de linguagem – não raro com sacrifício do próprio estilo – capaz de ser entendido por todos: pelos que estudam, pelos que ensinam e também por aqueles que aguardam um primeiro encontro com a literatura. (ANDRADE, 1980).

Neste acontecimento, é apresentada a forma como o sujeito crítico “deve” escrever. O sujeito crítico é interpelado pela apresentação como o sujeito “especialista coerente” com os objetivos da coleção. A identificação do sujeito com esse discurso parece provocar um efeito de controle sobre o dizer. Observamos, por outro lado, que a função do crítico, no sentido de alguém que exerce a atividade “crítica”, produzindo juízos de valor, deriva para um especialista que mantém um “nível de linguagem” estável, apreendida por todos, até por aqueles que não leem literatura. Para Orlandi, ao “[...] mesmo tempo que avaliam a importância de um texto, os críticos fixam-lhe um sentido que é considerado o desejado (o prestigiado) para a leitura.” (ORLANDI, 1996, p. 42). O discurso do crítico é um saber que se transmite, se estuda e se ensina.

Na sequência discursiva, os especialistas cuja “redação dos textos [...] foi confiada” são dignos de confiança (sabem do que falam), e “coerentes com a finalidade da obra” são responsáveis e comprometidos com o propósito da coleção. Os especialistas são

a garantia dos objetivos desejados. Nesse espaço discursivo (do logicamente estabilizado), “[...] supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo o enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades independentes de sua enunciação.” (PÊCHEUX, 2012, p. 31). O desejo por um discurso semanticamente estável tenta assegurar uma leitura sem falhas, mantendo um “nível de linguagem” (uso regulado da língua) que sustente a linearidade do “fio do discurso”, sem oscilações, mal-entendidos, fragmentos dispersos, lapsos, ambiguidades, respiradouros ou sombras. O enunciado mostra uma vontade de transparência do discurso, na promessa de concretude de um “nível de linguagem plana” e “coerente”, passível de ser apreendida por todos.

O “sacrifício do estilo” revela a “castração do desejo” do sujeito crítico. Essa falta de ser, representada pelo “sacrifício”, é o corte do “princípio do prazer” (LACAN, 2008). Para o sujeito crítico, o prazer da sua escritura está no texto do outro, mas também, no próprio texto, o desejo nasce desse “corpo a corpo”. A castração do estilo, em favor de um discurso “logicamente estabilizado”, é estruturante para a escrita da crítica, no acontecimento apontado. Mas de que estilo estamos falando? O fato de estarmos aqui falando sobre o discurso do sujeito crítico, com estas ou aquelas palavras, já não seria efeito de um estilo? Se o estilo fosse uma questão de escolha consciente, sim, e junto com isso, teríamos que admitir que existe uma ligação direta entre pensamento e linguagem, isso nos faria cair na ilusão do sujeito livre de determinações.

O estilo, para o senso comum (COMPAGNON, 2003), está ligado ao “individualismo”, como, por exemplo, “o estilo Neymar de jogar” (esporte); “o estilo Gisele Bündchen de desfilas” (moda); “estilo Luís XIV” (período histórico); nesse sentido, o estilo significa uma maneira de ser e agir, ligada ao sujeito jurídico, consciente, livre etc. O sentido de estilo que desejamos nos aproximar é aquele descrito por Aristóteles como “desvio” (*Idem*, p. 168). Esse desvio faz parte do corpo do texto, formado por uma infinidade de linhas que se cruzam e se entrelaçam. Do ponto de vista da etimologia da palavra texto (do latim: *textu* = tecido), segundo Barbosa (1987), ele é “[...] fruto do

discurso (do latim, *dis* = separação, movimento para diversos lados, negação + *cursu* = ato de correr, movimento numa direção).” (*Idem*, p. 34). O texto é aquilo que faz o “fio do discurso” cruzar para diversos lados. Assim, este pode gerar várias tomadas de posição do sujeito em relação ao seu dizer, menos no que ele diz, mas, principalmente, no como ele diz. É através do texto que se tem acesso ao discurso.

No texto considerado como prática significante, e não uma ‘estrutura plana’, o estilo, como ‘resistência de uma experiência à prática estruturante de uma escritura’ [...] é o texto. O estilo, portanto, é criação de sentido. Sua leitura não é um deciframento passivo, mas um trabalho de estruturação do significante, de produção do significado. (DUBOIS, 1993, p. 244).

Dentro de uma ordem do discurso, presente em determinado contexto de escritura, o estilo, no sentido de desvio, é uma transgressão metodológica. Encarado desse ponto de vista, o estilo é um efeito de resistência à “homogeneidade”, que tenta tornar a escrita transparente. O pesquisador, independente da sua área de atuação, conforme Santos (2006), deve explorar a pluralidade do estilo. O estilo abre uma segunda via por onde há a possibilidade de movimento do sujeito. A partir dessa abertura “[...] cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada – só uma constelação de métodos pode capturar o silêncio que persiste em cada língua que pergunta.” (SANTOS, 2006, p. 78). A escrita científica não deve seguir “um estilo unidimensional [...] o estilo é uma configuração de estilos” (*Idem*, p. 78-79).

O estilo/desvio abre um “furo” na linearidade do “dis(curso)”, e dessa abertura podemos analisar seus efeitos sobre o fundo da língua. Uma forma de dicção que toca o real da língua onde o indizível alia-se ao “impossível de não dizer de uma certa maneira” (MILNER, 2012). Segundo Haroche, “[...] trata-se de apreender a especificidade do sujeito pelo viés das relações que ele mantém com certos mecanismos sintáticos [...]”, tendo como ponto de partida a falta. Dizer o que funda, no acontecimento em questão, o julgamento, a avaliação, a apreciação estética etc., no sentido do articulável, é definido a

partir da sua relação com a falta. Deve-se articular a estrutura ao acontecimento “com um exterior que seria ao mesmo tempo histórico e psicanalítico” (HAROCHE, 1992, p. 171).

A escrita conduz não só a uma regulação do sujeito, mas, também, da história. Essa escrita torna possível que o exterior seja constitutivo da estrutura interior. Para nossa história recente, falar de sombra é falar sobre os acontecimentos que levaram os militares a tomar o poder em 1964. No mesmo livro, que analisamos brevemente a apresentação, o sujeito crítico faz referência ao evento político como “a revolução de 64” (ANDRADE, 1980, p. 87). Esse enunciado marca uma tomada de posição do sujeito em relação ao Estado ao qual ele também faz parte, visto que, os militares ficaram no poder até 1985. Ao determinar que o fato ocorrido, em 1964, foi uma “revolução” para a pátria, deve, com efeito, considerar que, esta “inovação”, foi instituída pela força, a censura, a perseguição política etc. O fato, pelo ponto de vista da “revolução”, da “inovação”, a “situação nova”, nos leva a acreditar que o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva dominante. Nesse sentido, o sujeito absorve no intradiscurso o interdiscurso, incorporando o exterior (o já dito) ao fio do seu discurso.

Em um primeiro momento, o sujeito sofre a determinação institucional, que regula a escrita do crítico frente às incertezas do “estilo”. Num segundo momento, a determinação do indivíduo em sujeito acontece pela ideologia dominante. Tanto a “[...] censura, a interdição de exprimir, assim como a exigência de dizer tudo, constituem, cada um a seu modo, as duas formas limites de assujeitamento ao Estado.” (HAROCHE, 1992, p. 189).

Tendo em vista essa proposição, de um discurso situado entre o simbólico e o histórico, chamamos a atenção para o mesmo enunciado escrito pelo sujeito crítico em relação ao evento de 1964, na reedição da coleção, em 1990. O sujeito crítico ao retomar o enunciado “revolução de 64” escreve “golpe de 64” (ANDRADE, 1990, p. 18). A formulação do mesmo acontecimento revela um deslocamento do sentido. Nesse espaço de tempo, há uma grande mudança na situação política do país, passa-se de uma ditadura militar para uma democracia. A

situação nova, como observa Plon, em relação às mudanças políticas ocorridas na França, no século XVIII, inspirou o “[...] desenvolvimento de uma corrente econômica liberalista corresponde a instalação de um liberalismo político, passa-se do Estado absolutista para o Estado liberal, da decisão autoritária para a decisão em assembleia.” (PLON *apud* HAROCHE, 1992, p. 181). Um novo acontecimento político produz novas formas de interpelação ao Estado. A abertura política, no Brasil, pós-regime militar, possibilita ao sujeito uma nova forma de identificação. O acontecimento dito “revolução” produz no sujeito o “amor à pátria”, a ilusão da “inovação” que ficou conhecida, também, pelo enunciado “Pra frente Brasil”. O acontecimento dito “golpe” é como ficou conhecido o período da ditadura militar, passado o fantasma da censura, tornando-se sinônimo de enganação, mentira e repressão.

Ao parafrasear o mesmo enunciado o sujeito ocupa posições diferentes em relação ao mesmo acontecimento. A paráfrase e a reformulação dialogam com a falha da língua e o equívoco na história. Se isso não acontecesse, os sujeitos, os sentidos e, também, os discursos seriam completos, fechados, acabados. Os “aparelhos ideológicos de estado” (ALTHUSSER, 1970) tentam “subjetivar o sujeito”, os mecanismos de individualização, de acordo com Haroche, se escondem à sombra da completude, da “[...] caçada incessante à ambiguidade, à elipse (à falta), à incisa (ao acréscimo descontrolado).” (HAROCHE, 1992, p. 23). Não é o caso de pensar a “subjetivação do sujeito” como se ele fosse a causa de si, mas, sim, como efeito de linguagem, que “não impede em nada a sua funcionalidade” (*Idem*, p. 157). Não impede que o sujeito ocupe formas diferentes ao longo da história. A situação nova produz uma interpelação diferente da anterior, a forma sujeito do regime militar é diferente da forma sujeito da abertura política. A forma sujeito do discurso representa “a forma de existência histórica de todo o indivíduo” (*Idem*, p. 178).

O desejo do sujeito crítico é interpretar, identificar, reformular (ler e reler), o texto do outro, mas, também, o próprio texto. A escrita é um ato criativo, uma possibilidade de resistência ao discurso fechado, lógico, linear etc. Tentar regular os conflitos e as falhas (para que

todos tenham a mesma interpretação) consiste em tentar reprimir o desejo daquele que escreve e, por consequência, daquele que lê. O que escapa a essa regulação é, com efeito, a “[...] necessidade de uma falta de ser, correlativa, para o sujeito, de uma possibilidade do dizer.” (HAROCHE, 1992, p. 195). Para contornar esse paradoxo, Haroche faz uso do conceito de “denegação” em Freud. A denegação, segundo a autora, permite ignorar a contradição, entretanto, sem negá-la, “[...] enquanto a censura e o recalque são implícitos [...] a denegação é explícita – ela ignora a contradição, permite de algum modo contorná-la.” (*Idem*, p. 195).

### Considerações finais

Por fim, não há uma conclusão para o presente trabalho, pois existem muitos aspectos que necessitam de uma leitura mais atenta e outros que ainda não se fizeram presentes a descrição, muito menos a interpretação. O “boom editorial” ocorrido durante a ditadura revela a relação estreita entre economia e cultura, entre a indústria livreira e as políticas educacionais. Com os objetivos de escolarização e profissionalização da mão de obra, a política educacional dos militares influenciou, também, a indústria de livros no Brasil. Nesse sentido, a Editora Abril aproveitou como nenhuma outra a oportunidade de obter grandes lucros. A importância histórica desse período, para a indústria de livros no Brasil, está na repercussão desses livros e coleções na formação educacional e cultural de uma geração de brasileiros. Esses títulos serviram de base durante anos para professores e alunos. Livros que formaram a opinião de milhões de pessoas. Porém é preciso um estudo mais detalhado para aprofundar essas dinâmicas que acabam formando públicos consumidores de cultura. Uma reflexão sobre a importância da Editora Abril para a formação de leitores pode revelar quais foram as ideologias postas em circulação e sua influência nas gerações posteriores.

Além disso, propomos neste artigo uma análise, tomando como *corpus* um volume da coleção *Literatura Comentada* sobre o poeta Carlos Drummond de Andrade (1980), publicado pela Editora

Abril. Pretendemos compreender como o sujeito crítico literário é constituído pela materialidade desse espaço e que gestos de leitura ele produz, por meio da observação das relações com o formato fixo da coleção e com o contexto histórico. O que encontramos foi um sujeito afetado pela posição que ocupa, pela história e pela ideologia. Demonstramos, por meio de gestos de interpretação, como o sujeito crítico literário é constituído pela materialidade dos espaços que ocupa. Os efeitos de sentido que observamos demonstram como a política econômica, dada pelas condições de produção, afeta o sujeito e o sentido.

Diante desse contexto, consideramos importante analisar um acontecimento discursivo para pensar o processo de subjetivação do sujeito crítico. A interpelação institucional afigura-se a uma “desubjetivação” do sujeito, como forma de assujeitá-lo aos objetivos da coleção. A privação da “incompletude” do discurso parece representar a castração do desejo e do acesso à interpretação crítica. A identificação ao estado pelo discurso da “inovação”, ao “país que vai para frente”, o “amor à pátria”, no sentido da “revolução”, apontam para um assujeitamento à ideologia dominante. Através da análise das posições que o sujeito ocupa no discurso e da inscrição do sujeito na história, perceberemos as marcas do funcionamento da interpelação na estrutura da língua. As marcas na língua mostram que a determinação, além de ser exterior, faz parte da ordem simbólica e histórica. As duas determinações, apresentadas ao sujeito crítico, tentam regular, simultaneamente, a capacidade de exercer a crítica e a resistência. Analisamos como essas determinações deixam marcas na língua pela ilusão de transparência da linguagem, e como efeito de deslocamento do sujeito e do sentido na história.

## Nota

\* Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), vinculado ao Grupo de Pesquisa Língua(gem), Discurso e Subjetividade, ao Laboratório Fronteira, bolsista CAPES – Observatório da Educação, professor da rede pública de educação básica do estado de Santa Catarina.

## Referências

ALMANAQUE ABRIL 2002. São Paulo: Abril, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Literatura Comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1980.

\_\_\_\_\_. **Literatura Comentada**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1990.

AUTHUSSER, Louis. **Ideologia e os aparelhos ideológicos do estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970.

BARBOSA, Rita de Cassia. **Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Los poderes de la filología: dinámicas de una práctica académica del texto**. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário: livro 11 os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 3. ed. Campinas: Cortez, 1996.

PAIXÃO, Fernando. **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. A trajetória da Abril Cultural. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/120>>. Disponível em: 18 maio 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_; GADET, Françoise. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Limiares do silêncio: a leitura intervalar. In: ORLANDI, Eni (Org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

Recebido em 31 de maio de 2013.  
Aprovado em 25 de julho de 2013.

## Abstract

Abril Publisher was the most significant books industry during the period of military dictatorship. A brief analysis about its performance allows us to comprehend the relations between cultural industry, educational and political policies proposed by militaries. This article aims to present some elements that characterize the production of books during military dictatorship in order to reflect about the consolidation of books industry, in Brazil, and its contradictions. Taking as starting point the collection *Commented Literature*, published in 1980 by Abril Publisher, we seek to understand the mechanisms of editorial mediation that are actuated by the Publisher through the internal organization of collection. We are going to give attention also to the production of subject and sense by editorial discourse, in order to comprehend which dispositives function in the production of the critic subject literary. In this way, we are going to approach the emergence of *Commented Literature* in the 1980s to discuss about editorial mediation and the constitution of critic subject in this space.

**Keywords:** Book Industry. Literary Critic. Discourse.